



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade ♦ Instituto de Ciências Sociais ♦ U.M. ♦ Guimarães ♦ nº 16 ♦ Novembro de 2000

S
U
M
Á
R
I
O

EDITORIAL

*Museu Alberto Sampaio:
um serviço em prol
da Comunidade*

♦ Isabel Maria Fernandes

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦ Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

Rui Leandro Maia

♦ António Amaro das Neves

APONTAMENTOS

DE INVESTIGAÇÃO:

*Migrações, mercado e
condicionantes*

♦ Rui Leandro Maia

APONTAMENTOS

*A Roda dos expostos e a
criança abandonada
na História do Brasil.*

1726-1950

(2.ª parte)

♦ Maria Luíza Marcílio

NOTÍCIAS

*Semana da Ciência e
Tecnologia*

EDITORIAL

Isabel Maria Fernandes

Museu de Alberto Sampaio: um serviço em prol da Comunidade

Um museu, de um modo geral, pressupõe um edifício, colecções e público. Sem edifício não se albergam colecções nem há convivência com o público. Não havendo colecções não há necessidade de edifício nem de público. Mas, também sem público não existe museu...

Qualquer uma desta três componentes, isolada ou duas a duas, não gera um museu, mas as três, em conjunto, dão origem a um museu.

Poderemos dizer que uma das três componentes tem mais valência do que as outras? Ou estabelecer uma hierarquia de poder entre as três? Quer-me parecer que não.

O trabalho num museu pode, ao longo das décadas, pender para desenvolver, ou dar mais realce, a uma destas três componentes. Há momentos em que se cuida mais do edifício, outros em que as colecções ditam a lei (organizam-se reservas, procede-se a restauros, remodelam-se inventários, estuda-se e pu-

blica-se o resultado da investigação sobre as colecções...), outros ainda em que o público é rei e tudo se faz para estabelecer essa necessária alquimia entre colecções e públicos: promovem-se exposições, organizam-se visitas guiadas, preparam-se materiais específicos

para agradar e encantar jovens e velhos...

Será negativo que um museu, qualquer museu, ao longo da sua existência vá dando mais realce a uma ou outra das três componentes? Quer-me parecer que não.

Esta variação de

«estilo» na vida de um museu, pendendo umas vezes para um lado, outras vezes para o outro só vem, em meu entender, reforçar a ideia de que não há museu sem as três componentes, e que a magia de qualquer museu se encontra neste jogo de força e equilíbrio entre as diversas funções.

Começamos por traçar em breves linhas o perfil deste museu. O Museu de Alberto Sam-



Um serviço em prol da Comunidade

paio foi criado, em 1928, com a finalidade de albergar «os elementos de arquitectura, escultura, pintura, ourivesaria, tecidos, bordados, mobiliário, cerâmica e entalhadoria, que são propriedade do Estado e pertenceram à extinta Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e Convento de Santa Clara e Capuchinhas da mesma cidade». Trata-se, pois, essencialmente de um museu de arte sacra, possuindo ricas colecções de ourivesaria, pintura, têxtil, epigrafia e outras que não cabe aqui especificar. Situa-se em Guimarães e depende do Instituto Português de Museus. É, por isso, um museu dependente do Poder Central, e, como tal, com mais obrigações no serviço à região que o envolve.

Para mim, o Museu de Alberto Sampaio tem a obrigação e o dever de servir o Vale do Ave, que integra os municípios de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão. E como pode um museu «servir» uma região? É fácil de explicar:

um museu dependente do Poder Central, como o é o Museu de Alberto Sampaio, deve dar apoio às solicitações que lhe vão sendo colocadas, resposta ao pedido de pareceres sobre aspectos ligados ao património móvel, encaminhamento para outras instituições das solicitações que lhe são feitas e a que não pode dar resposta, apoio às autarquias e a outras Instituições Públicas e Privadas na estruturação de projectos ligados à preservação do património e à criação de núcleos museológicos, bem como procurar trazer ao museu e cativar os diversificados públicos existentes no meio em que se insere.

E a que Público se destina um Museu? Em princípio um museu deve destinar-se a todo o tipo de público, dos mais jovens aos mais velhos. Mas, cada Museu pode «especializar-se» num determinado tipo de público de acordo com a temática das suas colecções e o meio em que se insere. A mim, e tendo em conta o meio onde o Museu de Alberto Sampaio se insere, quer-me

parecer que o museu deve servir todos os que aqui se deslocam para conhecer as colecções (nacionais e estrangeiros) e, por outro lado, trabalhar e estabelecer «pontes» com os públicos que lhe estão mais próximos. Lembremos que, em Guimarães, existe uma cadeia masculina, que em Felgueiras se situa uma cadeia feminina, que são vários os lares de Terceira Idade, que há instituições com crianças em regime de internato, que são dois os bairros sociais vimaranenses e muitas as escolas do ensino básico, preparatório e secundário, havendo também uma Universidade.

Como se depreende não faltam potenciais visitantes ao Museu de Alberto Sampaio, sendo importante que quem cá trabalha saiba estabelecer pontes e parcerias com estes «públicos» tão diversificados. É uma aposta e um desafio...

Certo é que a equipa do Museu de Alberto Sampaio tem procurado que este se faça e se desenvolva de forma harmoniosa em prol da comunidade. •

FALANDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

Maria Norberta Amorim

Em 1971 seria apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como dissertação de licenciatura, um estudo demográfico de Antigo Regime que viria a ser publicado dois anos mais tarde pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Maria Norberta S. B. Amorim, *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*). A metodologia então seguida abria o caminho do que hoje designamos por *reconstituição de paróquias*.

Na altura entendíamos que **se conseguíssemos identificar o mais completamente possível as**

peçoas que morriam, teríamos ao nosso alcance um vasto campo de pesquisa (campo que não se limitaria à análise demográfica, envolvendo uma penetração na sociedade do tempo). Mas como conseguir essa identificação? Como identificar um falecido adulto com nome e apelido/s com uma criança baptizada para a qual apenas foi indicado o nome próprio? Os registos de óbitos portugueses de Antigo Regime são parcos em informação relativamente a relações familiares, não se tratando de crianças. O/s apelido/s usado/s por altura do óbito não é/são necessa-

riamente o/s apelido/s usado/s pelo pai ou pela mãe, nem mesmo o/s usado/s por um ou outro irmão. A identificação em actos anteriores de cada um dos indivíduos referidos ao óbito só poderia ser conseguida cruzando todas as informações disponíveis por uma metodologia que se mostrasse adequada, passando necessariamente pela reconstituição das famílias.

A metodologia de reconstituição de famílias que considerámos adequada (em procedimento independente, sem filiação na metodologia de reconstituição de famílias Fleury-Henry), partia das fichas de

acto relativas ao baptismo (fichas que incluíam a informação relativa ao apadrinhamento). Isolados os casos de nascimentos fora do casamento, cada registo de baptismo identificava um agregado conjugal e dava abertura a uma ficha de família, na qual se iriam eventualmente acrescentando outros filhos nascidos dessa mesma união. Tratava-se de um processo de cruzamento de dados em ficheiros manuais que incluíam grupos de gerações, sendo cada ficheiro (de folhas brancas amovíveis) alfabetado (de forma a facilitar as buscas tendentes aos cruzamentos) pela primeira letra do nome próprio dos pais de família.

As folhas brancas eram divididas ao meio, verticalmente, sendo a parte esquerda reservada aos ascendentes e a parte direita reservada aos filhos nascidos da união em causa. No caso dos filhos de famílias monoparentais foi elaborado outro ficheiro paralelo, segundo o nome da mãe, procedimento que se veio a abandonar mais tarde dado o fraco rendimento do processo. Viria a optar-se por usar, nesta fase, simples fichas de acto com todas as informações pertinentes relativas às crianças baptizadas sem indicação de filiação legítima (ilegítimos e expostos).

O trabalho sistemático de encaixe de novos filhos em famílias já identificadas e de abertura de novas fichas de famílias prosseguia até termos abrangido o período de observação que nos havíamos proposto (no caso de *Rebordões* foi de sensivelmente dois séculos). Para mais fácil organização da informação foi usada a cor azul para todos os dados retirados dos assentos de

baptizado.

Terminada esta etapa procedia-se ao cruzamento das fichas de acto relativas aos casamentos com as fichas de família abertas pelos baptizados. Identificados os nubentes como cônjuges com filhos, havia que enriquecer a ficha de família respectiva com a data de casamento e com a filiação de cada um dos cônjuges, eventualmente com indicações de naturalidade e residência/s anterior/es. Foi usada a cor verde para todos os dados recolhidos dos registos de casamento.

Naturalmente nem todas os casamentos registados conduziam a uniões fecundas na paróquia em estudo. Alguns casais fixariam residência noutras comunidades, outros casais não teriam filhos, sem que fosse possível nesta etapa distinguir uns de outros. Eram então abertas fichas de família, com preenchimento da parte esquerda da ficha, seguindo o mesmo esquema das fichas abertas pelos baptizados, mas agora a cor verde.

A etapa seguinte consistia na identificação possível dos defuntos (a partir da recolha inicial em fichas de acto), cruzando com a informação organizada através do cruzamento dos actos de baptizado e casamento. Trabalho mais ou menos difícil conforme a presença ou ausência de informações sobre ligações familiares. Para os indivíduos adultos, mormente se solteiros ou viúvos as informações sobre ligações familiares escasseiam e podemos não ter possibilidade de chegar à identificação. A existência de registo sistemático de mortalidade infanto-juvenil e a indicação de idade aproximada ao óbito

ajudavam na montagem dessa enorme *paciência* que é a identificação de pessoas em período anterior à segunda metade do século XIX.. Se a identificação era conseguida para indivíduos casados ou viúvos ou para os filhos solteiros, era apontada a data do óbito na parte da ficha familiar competente, a cor vermelha, e nas fichas de acto respectivas era anotada a identificação. As fichas de acto relativas a defuntos não identificados ficavam a aguardar futuras operações de revisão.

Ao fim deste processo as fichas de família conteriam toda a informação pertinente recolhida dos assentos de baptizado e casamento e a informação considerada segura dos assentos de óbito. Seria altura de atribuir um código a cada ficha de família, passando depois ao cruzamento intergeracional no próprio ficheiro de famílias.

Para cada cônjuge com indicação de filiação e nascimento caído dentro da observação (se os primeiros registos de baptizados e casamentos são contemporâneos não teremos possibilidade de encontrar registo de nascimento dos cônjuges antes de decorrer uma geração), fomos recolher a data de nascimento constante da família de origem para a ficha de família que o próprio constituiu, apontando naquela a data de casamento e eventualmente a de óbito contidas na última. A indicação complementar, num e noutra caso, dos respectivos códigos de família viria a facilitar o levantamento dos encaixamentos genealógicos, facilitando além disso todos os processos



de revisão

No trabalho de Rebordãos o processo culminou pela passagem para as fichas de óbito de todo o percurso vital anterior de cada defunto identificado. Ensaio manual da reconstituição da paróquia, uma tarefa necessariamente muito morosa, que só foi possível repetir posteriormente após a utilização de recursos informáticos.

Se a reconstituição das famílias de paróquias rurais transmontanas, mais ou menos isoladas, como Rebordãos, Cardanha (Amorim, 1981) ou Poiães (Amorim, 1983-84), não trazia grandes problemas ao investigador dada a forte endogamia, o mesmo não acontecia quando se tratou de reconstituir famílias de um conjunto de dez paróquias, com núcleo urbano, como foi o caso de Guimarães (Amorim, 1987). A intensa mobilidade interparoquial de famílias e indivíduos e o objectivo de um estudo comparativo entre zona urbana e zona rural, conduziam ao cruzamento de toda a informação no espaço em causa. Optou-se por completar as fichas das famílias móveis na paróquia onde se dera o casamento ou, na ausência de conhecimento da data de casamento, na paróquia de nascimento do primeiro filho conhecido, com indicação, caso a caso, da paróquia onde se verificara cada um dos eventos. Nas paróquias onde posteriores actos familiares se haviam desenrolado procedia-se ao remetimento para a paróquia onde a ficha familiar havia sido enriquecida.

A experiência sobre Guimarães,

com um enorme esforço de tratamento manual de mais de uma centena de milhar de actos de nascimentos, casamentos e óbitos para reconstituir famílias e obter a maior aproximação possível aos comportamentos demográficos diferenciais, foi uma experiência importante, mas não isenta de frustrações. No campo da Demografia Histórica encontrava-se possibilidade de avaliar de forma adequada comportamentos de nupcialidade e fecundidade dentro e fora do casamento, mas os fenómenos da mobilidade e da mortalidade apresentavam-se de difícil aproximação, o que não deixava de comprometer a visão de síntese. Marcantes seriam as frustrações do historiador, compelido a deixar escapar sem tratamento informações sistemáticas que abriam a uma maior compreensão da sociedade do tempo.

Tratava-se do fim de um ciclo, com experiências não renováveis. Logo em 1985 a utilização de computadores pessoais e uma base de dados comercial, o dBaseIII, abriam novas perspectivas, podendo-se retomar a ideia original de 1971 – a perseguição da identificação em sucessivos actos de cada residente na comunidade ou comunidades em estudo.

Com o auxílio do informático Luís Lima foi apresentado um primeiro ensaio de desagregação automática dos filhos de cada família num ficheiro de indivíduos, (Amorim e Lima, 1986), ensaio depois continuado com o auxílio de Cecília Moreira, que culminaria em artigos de apre-

sentação da metodologia (Amorim, 1991) e na elaboração de uma monografia sobre três comunidades do Sul da Ilha do Pico entre 1680 e 1980, baseada nessa mesma metodologia (Amorim, 1992). Rompia-se a clássica limitação temporal de Antigo Regime, alargando-se a observação aos séculos XIX e XX, ultrapassava-se novamente o nível paroquial para agregar três comunidades contíguas, mas o mais importante seria a aproximação conseguida a fenómenos de observação essencialmente individual como a mobilidade e a mortalidade, o que facilitava a compreensão da interacção das variáveis demográficas no crescimento positivo ou negativo da população ao longo dos trezentos anos observados. Trabalho pioneiro prosseguido nos anos seguintes por importante número de investigadores essencialmente sobre paróquias do Minho mas também sobre algumas outras das Beiras, Trás-os-Montes, Douro Litoral, Alentejo e Algarve e também ainda dos Açores.

As potencialidades das Bases de Dados relacionais faz hoje achar muito primitiva a tecnologia usada em todos esses trabalhos. O diálogo entre o informático Pedro Henriques e a sua equipa, por um lado, o investigador Antero Ferreira, conhecedor dos recursos das bases de dados relacionais, e outros membros do NEPS, por outro lado, conduziu à nova proposta para os utilizadores da metodologia de que Antero Ferreira brevemente fará apresentação pública. •





NOME: *Rui Leandro Alves da Costa Maia*

IDADE: *36 anos*

NATURALIDADE: *Maia*

RESIDÊNCIA: *Maia*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Mestre assistente na Universidade Fernando Pessoa*

Entre a Sociologia e a Demografia Histórica

Rui Leandro Maia é um investigador das Ciências Sociais cuja actividade se desenvolve na conjugação da pesquisa científica com o exercício de funções docentes. Depois de concluída a licenciatura em Ciências Históricas, frequentou na Universidade do Minho o Mestrado sem História das Populações, que concluiu com a defesa da dissertação “*São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1725 (Estudo Demográfico)*”. Presentemente está a ultimar os trabalhos de preparação da tese de doutoramento na área da Sociologia, que espera concluir até Maio de 2001.

Os seus interesses de investigação estendem-se pelos estudos da população, da Demografia Histórica e da Sociologia das Migrações. Actualmente é professor de Demografia Geral na Universidade Fernando

Pessoa, funções que tem acumulado com as de professor de História no 3.º ciclo do Ensino Básico. Em simultâneo, tem-se dedicado à produção de manuais escolares da disciplina de História para o 3.º ciclo e para o Ensino Secundário.

O seu envolvimento na investigação sociológica tem-no levado a aprofundar os estudos acerca do papel dos migrantes na determinação dos comportamentos demográficos em espaço urbano, bem assim como à abordagem dos comportamentos sócio-demográficos diferenciados entre migrantes e naturais do espaço urbano. É neste contexto que tem em curso um projecto sobre os migrantes marroquinos em Portugal, financiado pela Fundação da Ciência e tecnologia.

Investigador do NEPS desde a constituição deste núcleo de inves-

tigação, a cuja direcção pertence, tem no seu horizonte o projecto de prosseguir com a investigação das problemáticas associadas às migrações.

Sobre as dificuldades com que se depara para conjugar o ofício de investigador em Ciências Sociais com o de professor, Rui Maia faz notar que *só com grande espírito de sacrifício e, sobretudo, só com gosto pela investigação histórica se podem levar por diante tarefas do género, pelo menos se as mesmas, como esta, partirem de iniciativa individual. Os resultados a apresentar, ainda que simples contributos, são precedidos de longas horas de arquivo e compilação metodológica de datas e nomes de pessoas com o fim único de estudar a população do espaço geográfico em causa e, quiçá, abrir caminho, ainda que a título meramente subsidiário, à história social.* •

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Rui Leandro Maia

Migrações, mercado e condicionantes.

Permanecem comuns no tempo as razões que motivam as migrações. Ontem como hoje, ainda que se tenham alterado políticas estaduais ou que sejam outras as formas de encarar o problema, continuam essencialmente a fazer-se em função do emprego, dos estudos, da família, da habitação ou do casamento. Não se trata apenas da oferta ou da procura de emprego por todos aqueles que se aproximam ou são chamados a participar em determinado mercado de trabalho, de produção e distribuição em geral, mas também da existência nesse mercado de um conjunto de produtos e de serviços, de equipamentos e de estruturas que, elas mesmas (de que são exemplo a criação e desenvolvimento de acessibilidades), têm vindo progressivamente a promover alterações significativas no tipo de classificação das



migrações. As migrações têm que ver com as actividades que os espaços de acolhimento desenvolvem, mas também têm que ver com a existência de escolas, de hospitais, com o preço e com a qualidade das habitações, com o urbanismo e, hoje mais do que nunca nos países com maior grau de desenvolvimento económico e social, com a qualidade de vida em geral. Este conjunto de aspectos, dos quais apenas se referiram alguns, constitui um mercado identificável com o espaço urbano, tanto dimensionado à escala do seu núcleo como a uma área mais ou menos alargada da sua periferia metropolitana ou ainda por relação a países com diferentes graus de desenvolvimento e industrialização. Este espaço urbano mais ou menos extenso é, em si, um amplo mercado: ao nível do emprego diversificado, da habitação, das

Migrações, mercado e condicionantes.

infra-estruturas e, mesmo, dos relacionamentos, em virtude das elevadas densidades humanas que o caracterizam, com reflexos nomeadamente nos comportamentos sociais vigentes.

É fundamentalmente a diferença económica entre espaços que promove as migrações e a percepção da sua existência. De facto, tornou-se evidente a partir da Revolução Industrial, iniciada por meados do século XVIII (cf. Rioux 1982: 11-23; Raison 1986b: 336-337). E com ela surge um conjunto de novos temas de interesse social que, desde então, passam a fazer parte das preocupações sociais e políticas correntes. A produção maquinofactureira promoveu consideráveis transformações para a economia dos espaços e, de forma irreversível, fez acentuar clivagens seculares, que, se antes apenas resultavam de uma dominação política e comercial, se manifestam agora por uma dependência produtiva e económica no seu todo. Passamos então por uma série complexa de razões, relacionadas com a industrialização, a adensar o fosso entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, com escalonamentos perceptíveis em cada uma destas largas categorizações mais ou menos consensuais (cf. Bairoch 1986: 339-341). As alterações enunciadas,

como historicamente se foi tornando também evidente, não se deram, no seio dos mesmos espaços políticos, em igual ordem de importância, tornando-se também aqui notórias as diferenças entre espaços industrializados e espaços não industrializados.

Sob o ponto de vista das estruturas produtivas, como é sabido, a passagem para a produção maquinofactureira implicou divisão do trabalho em tarefas mais ou menos mecanizadas, o aumen-

to considerável do número de unidades produzidas e, por consequência, a diminuição substancial dos custos de produção e de aquisição dos produtos finais. Uma tal alteração das estruturas produtivas, iniciada na indústria têxtil, teve iguais repercussões em todos os sectores, acarretou novas formas de organizar o trabalho e, logicamente, obrigou a acentuadas mudanças sociais nos espaços onde as mesmas se fizeram sentir. Temos, assim, por um lado, um mundo, circunscrito ou não às fronteiras de um dado país, onde estas mudanças na estrutura produtiva, na organização espacial e na sociedade em geral se passam, e um outro que, por tempo mais ou menos alongado consoante as circunstâncias, permanece impenetrável e imóvel, pelo menos na sua grande maioria, a estas mudanças. A organização da produção passou agora em parte a estar dominada pela concentração das forças de trabalho em unidades de produção ou fábricas que impunham a necessidade de ter próximo os recursos naturais e as vias de comunicação, nomeadamente as fluviais; mas também a obrigatoriedade de concentrar num só edifício maquinaria dispendiosa, escassa e de difícil mobilidade; houve que colocar homens em regime de permanência em funções continuadas de interacção com as máquinas, pela especialização - ainda que meramente mecanizada - que isso exigia, ao mesmo tempo que se passou a ter necessidade de dedicar o período de trabalho em exclusivo na fábrica. Temos assim também, a um mesmo tempo, dois modos produtivos historicamente bem distintos. A um lado, o da industrialização que absorve - pelos ritmos de trabalho que impõe - inteiramente os que nele participam, no designado *factory system*, que estabelece uma nítida separação entre produção e consumo, e entre unidade doméstica e unidade de produção; do outro lado, sem que este mundo em industrialização não tivesse influenciado, tudo permanece “descharacterizado”, isto é, num quadro em que os actores desenvolvem indistintamente, e por vezes em simultâneo, funções de trabalho, domésticas e sociais, designado por

domestic system ou, usando a expressão de Pinto, “modo de vida camponês” (1985: 118).

As novas condições de trabalho trazidas pela industrialização, de que se acentuaram aspectos relevantes, trouxeram também concepções distintas de encarar os problemas de carácter económico e social; diga-se até, trouxeram os primeiros tratados de economia política que à distância de duzentos anos fomos podendo ver reformulados e reinventados em novos cultores que lhes deram reabilitação social e, sobretudo, académica, pela acrescento do prefixo neo ao liberalismo ou ao marxismo. Se as primeiras concepções do mercado e, bem assim, da economia e sociedade em geral tiveram também por base toda uma prática considerada errónea por parte dos Estados europeus durante a fase mercantilista, foram sobretudo as profundas alterações económicas e sociais da industrialização que induziram à especulação e à defesa de uma certa ideia de economia e sociedade para os Estados. O liberalismo económico, desconhecendo de todo as questões laborais - até porque o tempo era ainda insuficiente para ter permitido a criação de uma sensibilização social e política sobre elas - concentra-se fundamentalmente sobre os aspectos da produção e da distribuição, uniformizando por uma mesma fórmula todos os elementos intervenientes no mercado, isto é, para qualquer situação, em regime de livre concorrência, é possível chegar ao equilíbrio que as leis da oferta e da procura caracterizadoras desse mercado promovem. Daí que os problemas sociais, se existem, sejam momentâneos, porque o mercado tende a restabelecer facilmente os pontos de equilíbrio. Smith, em *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, de 1776, chamou pela primeira vez a atenção para a espontaneidade e autonomia do funcionamento dos mercados e da vida económica em geral. A sua tese baseia-se no princípio de que o interesse individual é o garante da concretização do interesse colectivo, fundamentado na livre concorrência, travão natural da desmesurada ambição dos



Migrações, mercado e condicionantes.

indivíduos que assegura o bem estar geral. A distinção económica entre os espaços não se apresenta desfavorável uma vez que, por um lado, os mesmos se tendem a completar por interacção permanente e, por outro lado, as leis naturais da oferta e da procura tendem a esbater distâncias económicas e sociais. Qualquer tentativa de impor regras pela acção directa do Estado, neste quadro, redundaria na distorção da realidade, porque o interesse geral está sempre assegurado pelo facto de um conjunto de indivíduos mais ou menos extenso pretender em simultâneo alcançar os mesmos objectivos. É com este sentido que aborda a questão dos salários e da população que, entende, não são mais do que mercadorias cujos valores se estabelecem no mercado em perfeita interacção entre a oferta e a procura, sendo esta interacção o meio de alcançar os necessários equilíbrios. Assim, para ele, o salário natural, isto é, o montante monetário correspondente ao indispensável para que o trabalhador subsista, está na razão directa do número de trabalhadores para determinado ofício e da quantidade de trabalho a realizar em cada momento: se a procura de mão-de-obra sobe o mesmo se passará com os salários e, por tal circunstância, será permitido que um maior número de pessoas satisfaçam de forma mais precoce um conjunto de necessidades e expectativas, que se casem e procriem mais cedo, o que, em tempo médio, originará um aumento da mão-de-obra disponível e necessariamente um abaixamento dos salários correntes ou de mercado; em sentido inverso, quando os salários correntes ou de mercado estão abaixo do valor natural, i.é, não cobrem as necessidades básicas dos indivíduos, a tendência é para a baixa da fecundidade, a par do aumento de doenças e da mortalidade, com consequências numa quebra de mão-de-obra disponível e num aumento dos salários. Na sua perspectiva, o equilíbrio dá-se, assim, por uma espécie de círculo vicioso. O salário estabelecido em livre concorrência ou o salário corrente nunca pode fugir muito, pelas razões expostas, do salário que

a natureza impõe. Com este raciocínio, ele lançou as bases para uma teoria do equilíbrio perfeito em que, justamente, se vieram a enquadrar os movimentos de mão-de-obra no espaço, entendidos como simples mecanismos de ajustamento às necessidades ou às quebras de produção dos mercados.

É necessário entender-se a argumentação liberal a partir do tempo em que se situa - desde os finais do século XVIII - em perfeita coincidência com as transformações já descritas, em que tudo mudou: no novo regime passa a não haver lugar para as rígidas regras de produção impostas pelas antigas corporações, para grandes vínculos contratuais entre patrões e empregados e, muito menos, para quaisquer dificuldades ao trânsito de mão-de-obra entre espaços. É neste quadro que a chamada *Escola Clássica de Economia* no seu todo e, mais tarde, os neoclássicos reclamam a total passividade ou não intervenção dos Estados na vida económica. Foi também com os seus representantes que se delineou uma certa visão para o crescimento da população, em geral, e para a utilização da força de trabalho, em particular. O crescimento da população, como de qualquer outra mercadoria, faz-se em perfeita espontaneidade de acordo com as flutuações da oferta e da procura de homens (cf. Prada 1986: 27). Não há para os liberais clássicos uma qualquer preocupação populista como a que existiu com os mercantilistas, muito pelo contrário. Malthus foi o principal representante da corrente anti-populacionista no seio dos liberais e, ao mesmo tempo, foi um crítico da solução migratória enquanto meio de aliviar as situações de pressão demográfica ou de sobrepopulação, como alguns defendiam (cf. Rocha-Trindade *et al.* 1995: 66). *O ensaio sobre o princípio da população*, de 1798, surge-se, justamente, contra o optimismo pró-mercantilista do aumento demográfico ou, pelo menos, não via nesse crescimento uma evolução catastrófica. Na fundação das suas reservas para as virtualidades do crescimento demográfico, apresenta duas leis naturais antagónicas e verificáveis em quais-

quer espaços e circunstâncias: a do limitado crescimento aritmético dos recursos (1, 2, 3, 4, 5, 6, ...) e a do excessivo crescimento geométrico da população (1, 2, 4, 8, 16, 32, ...). Por isso afirmava "que o poder da população é infinitamente maior que o da terra para produzir a subsistência do homem" (Malthus s.d.: 26). Tal e qual se encontrava a situação demográfica da Inglaterra - a de crescimento ininterrupto da população - o populacionismo era preocupante na sua perspectiva e havia que tentar refreá-lo fazendo uso das formas possíveis e que a obra expõe: miséria, vício e obrigação moral, sendo esta última a única solução que não trazia quaisquer problemas de consciência aos indivíduos, por consistir na manutenção da condição celibatária de facto até que os mesmos tivessem condição de se sustentar a si e à sua família e não assentar, de forma alguma - como as outras - na destruição da vida humana ou no impedimento à sua gestação. Neste contexto, Malthus considerava a emigração um falso remédio para pôr cobro aos problemas do crescimento incontrolado da população porque, na verdade, qualquer que fosse o espaço para onde as pessoas se deslocassem, manter-se-iam sempre inalteráveis as leis contraditórias do crescimento dos recursos e do crescimento da população, sendo a prazo previsível uma insuficiência dos recursos em relação ao potencial número de indivíduos que a população atingiria, não tendo a mesma também, pela razão invocada, qualquer efeito correctivo sobre os salários dado que, na sua grande maioria, os emigrantes eram desempregados de baixa condição económica. E é por esse facto ditado pela natureza que ele se mostra um opositor a que o Estado subvencione os



Migrações, mercado e condicionantes.



necessitados que, advogando uma lógica de mercado, entendia ser um factor susceptível de fazer reproduzir as situações de pobreza, uma vez que aqueles que fossem, de alguma forma, contemplados, ao aumentarem momentaneamente o seu poder de compra, iriam promover a inflação sem que isso tivesse quaisquer efeitos no aumento

da produtividade e isso, como consequência, conduziria ao aumento das situações de pobreza uma vez que agora os que antigamente se encontravam no limiar da subsistência se tornavam, eles mesmos, pobres, em virtude desse aumento global dos preços dos produtos (Malthus s.d.: 44-51). Só havia, portanto, um caminho a seguir: instituir mecanismos que permitissem diminuir a fecundidade pela via da restrição ou do adiamento dos casamentos. É claro que, para além de não ter considerado a exploração das terras não cultivadas e as potencialidades do progresso técnico como factores de aumento da produção e da produtividade - tal e qual se veio a verificar -, Malthus deixa de poder ser levado em consideração ao verificar-se que o progresso económico e o aumento generalizado do bem-estar das populações teve como um dos efeitos a progressiva queda do número médio de filhos por mulher, exactamente ao contrário do que ele acreditava e expunha (cf. Malthus s.d.: 115-121).

Com Walras, o pensamento clássico ou, melhor dizendo, neoclássico debruçou-se sobre as questões de mobilidade, particularmente da mobilidade do trabalho, ao instituir a ideia de que aqueles que “vendem” ou “compram” trabalho fazem-no sempre numa lógica de total autonomia e com vista à maximização de

satisfações. Também equipara o trabalho a uma qualquer mercadoria transaccionada no mercado em função da sua raridade e da livre concorrência entre os seus detentores, que entende na dupla dimensão de capital e de mercadoria. Na primeira, cada individuo tende a vender o seu trabalho onde ele for mais rentável e, por isso, a mobilidade geográfica faz-se com o sentido de obter a máxima satisfação do capital humano, enquanto força de trabalho; como mercadoria, os indivíduos são recrutados consoante os interesses e as necessidades daqueles que os empregam ou que dos seus serviços dependem momentaneamente. Pela conjugação das duas situações chega-se a um ponto óptimo, produto do cruzamento entre trabalho como capital que é vendido e trabalho como força que é adquirida num mercado mais ou menos alargado de potenciais trabalhadores. As migrações são entendidas como uma espécie de mecanismo promotor do equilíbrio económico e social, capaz de responder a crises de subemprego e de desemprego ou a situações de pressão demográfica.

A realidade social que a industrialização foi mostrando distanciouse bastante das concepções clássica e neoclássica, de que apenas fizemos um breve apontamento. É certo que o fim do *Ancien Regime* foi marcado por inúmeras outras mudanças, ainda que gradativas, e que vieram a contribuir para um nova sociedade ou, se se quiser, duas sociedades distintas marcadas por acentuadas clivagens: a sociedade urbana e a sociedade rural. Na verdade, é bem conhecido o papel da Revolução Agrícola como processo que criou as bases para a industrialização a partir de Inglaterra (Bairoch 1986b: 328); assim como é bem conhecida a longa marcha da Revolução Demográfica, onde, aqui sim, foram notórias as interdependências entre regime económico de produção e regime biológico de reprodução, consoante os tipos dominantes de economia: urbano-industrial ou rural-campesina. Se nos primeiros com facilidade assistimos a jornadas diárias de trabalho variáveis entre doze e catorze horas, res-

pectivamente no inverno e no verão, com a utilização abundante de mão-de-obra infantil e feminina, caracterizada pelos baixos salários e pela baixa capacidade de reivindicação, que constituía cerca de setenta por cento da força de trabalho, com pouco ou nenhum tempo para a vida familiar e pouca ou nenhuma capacidade financeira para constituir matrimónio e, igualmente, sem grandes necessidades de reproduzir mão-de-obra onde ela era abundante e marcada por baixos salários; nos segundos tudo parece permanecer imóvel: o número de braços anda a par das tarefas agrícolas mecanizadas que consomem abundante mão-de-obra. Por outro lado, o crescimento demográfico e a debandada de mão-de-obra dos campos para as cidades industrializadas foi-se adensando em condições sociais miseráveis, com crescimento do espaço residencial à custa de barracas com parcas condições de higiene e de habitabilidade, a par de uma concorrência em constante aumento, que provocaram acentuadas clivagens sociais, ainda em pleno século XVIII (cf. Rioux 1982: 167-247). O aumento do número de máquinas no processo produtivo foi também favorecedor da diminuição dos salários e, em períodos de crise, do desemprego em massa. Surgem as contestações operárias e, sobretudo pela voz dos pensadores sociais, a tese do funcionamento espontâneo dos mercados é seriamente posta em causa: é com esta base concreta que, por oposição à corrente de pensamento até aí dominante, se constitui e desenvolve um corrente socialista. Owen, Fourier, Proudhon são, entre outros, seus representantes e acreditam utopicamente poder estabelecer sociedades igualitárias, nomeadamente ao avançarem com ideias como a abolição da moeda ou da propriedade privada (cf. Denis 1987: 365-405; Lumbrals 1988: 106-118).

É dentro deste quadro que se estabelece uma oposição fundamental entre o pensamento clássico e o pensamento socialista a propósito das diferenças económicas entre espaços e do seu papel nas diferenças sociais. Para os primeiros, essas diferenças eram residuais do ponto de

Migrações, mercado e condicionantes.

vista das pessoas, uma vez que os trabalhadores, entendido como detentores de um capital, vendiam o seu trabalho onde melhor lhes pagassem e contribuíam, dessa forma, para a igualização dos espaços por acções perfeitamente individualizadas; enquanto que para os segundos os trabalhadores viam-se impelidos a venderem o seu trabalho a um preço mais baixo, dentro de uma estratégia capitalista de manutenção de desigualdades económicas entre espaços por acções perfeitamente determinadas pelo sistema social instituído (Gaudemar 1977: 190-191). Os fluxos humanos são, nesta perspectiva, entendidos como meio de proporcionar vantagem aos detentores de meios de produção ou empregadores. Referindo-se aos espaços sobrepovoados, que não eram de todo um problema tendente a fazer aumentar a miséria, directamente causada, isso sim, por um repartição desigual das riquezas, Marx utiliza a expressão de “exército de reserva industrial” por referência a uma estratégia capitalista para manter e controlar uma força de trabalho, utilizável em períodos de crescimento económico e, bem assim, de aumento de produção (Marx 1976: 236); mas nos períodos de recessão ou quebra de produção, esta força de trabalho seria, em parte, dispensada e, ao mesmo tempo, iria permitir - por ser abundante - fixar baixos salários. Este “exército de reserva” é assim entendido como um instrumento fundamental ao serviço das estratégias capitalistas e, por isso, uma das formas de luta do operariado contra os proprietários seria reduzir a fecundidade e contrariar a tendência para as migrações, necessariamente existentes pelas desigualdades económicas entre espaços. Contrariando a tese do funcionamento espontâneo dos mercados, afirma: “A procura de trabalho não é igual ao aumento de capital, nem a oferta de trabalho ao aumento da classe trabalhadora. Não se trata de duas forças interdependentes trabalhando uma com a outra” (Marx 1976: 238). Ora, é na cidade, mais do que em quaisquer outros espaços, que essas desigualdades se tornam evidentes. Ela contempla desempregados, su-

bempregados e miséria e, por isso, é também espaço de maior desordem e anomia sociais, mau grado nela existirem e predominarem os símbolos da ordem e do poder, mas uma ordem e um poder “cristalizados” em benefício dos detentores do capital. A sociologia marxista faz acentuar sobremaneira o papel negativo da cidade, enquanto espaço económico e social de referência das clivagens e antagonismos sociais, que, em parte, as migrações explicam. Chamou a atenção para as duras condições de vida de todos aqueles que para aí afluíam, na senda do desenvolvimento do capitalismo industrial; descreveu a cidade como uma espécie de espaço estratégico do burguês capitalista e usurpador da “mais-valia” aos famintos camponeses que para ela corriam em busca de trabalho e tecto, ainda que nas mais duras e miseráveis condições: “A oposição entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada.” (Marx 1982: 44). A cidade é vista como um espaço da diferença que, de forma unilateral, tem poder chamativo sobre os de fora, particularmente com o desenvolvimento da industrialização, responsável pelo declínio do campo. “Onde penetrou [a indústria capitalista], destruiu o artesanato e, de um modo geral, todas as fases anteriores da indústria. Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo.” (Marx 1982: 54). A cidade não é vista em interacção com o campo, num jogo de forças entre espaços e actores. A análise marxista fornece, por isso, uma visão redutora do problema das migrações - sem que se tenha sobre ele debruçado autonomamente (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 68). Como sublinha Roncayolo: “A análise marxista actual aponta, em parte, nesta direcção. É um tema já presente no pensamento utópico - depois retomado por Marx -, o que associa as desigualdades sociais à divisão cidade/campo.” (1986: 397). É também necessário entender-se esta concepção das injustiças sociais no contexto temporal que a forjou. Na realidade, aquilo a que assistimos com a industrialização foi a uma alteração do equilíbrio de forças entre a cidade e o campo, em prejuízo deste. E isto

se pensarmos, antes de mais, em termos demográficos. Até ao despoletar da industrialização não havia mais do que dez por cento do espaço mundial urbanizado (Roncayolo 1986: 404). A partir daí, num processo sem paralelo - que, sem dúvida, se inicia nos espaços mais desenvolvidos por oposição ao que designamos por Terceiro Mundo - houve um crescimento em contínuo das cidades feito à custa unicamente das migrações, tanto internas como internacionais. Os bairros operários que qualquer cidade industrializada - independentemente da sua importância geoeconómica - viu nascer e empolar, locais onde se condensam as misérias e necessidades humanas extremas, foram um bom motivo para repensar, por oposição, as teses de equilíbrio perfeito dos mercados e visionar um processo sem retorno do crescimento do proletariado feito muito à custa dos migrantes e capaz de promover, no limite, a viragem para a sociedade sem classes. A desigualdade económica entre espaços, entendida enquanto factor negativo de potenciação das migrações, acabou por ter uma maior projecção, tanto em termos de continuidade argumentativa da linha marxista como nas tomadas de decisão por parte do poder político, tendentes a esbater assimetrias, particularmente a partir da crise de 1929 quando, na prática, era já notória a incapacidade do mercado - entendido aqui em toda a sua complexidade - como agente promotor de equilíbrios (cf. Jackson 1991: 23-34). De facto, as migrações deixam de ser tidas como um elemento correctivo de assimetrias, ainda que se possa aceitar a tese da maximização das satisfa-



Migrações, mercado e condicionantes.

ções pessoais, quando uns espaços permanecem em clara desvantagem em relação a outros. Ao invés, a capacidade atractiva dos primeiros é tida como um factor de desequilíbrios, porquanto os que a detêm desenvolvem-se e os demais permanecem em acentuado subdesenvolvimento: “o êxodo rural e a polarização do território, a mobilidade profissional e social, a transferência de sectores pobres para sectores ricos ou a imigração estrangeira, são lucrativos para as economias metropolitanas.” (Gaudemar 1977: 18). Este tipo de percepções esteve na base de uma procura e efectivação de descentralização de recursos e meios nalguns Estados europeus, nomeadamente pela adopção de políticas regionais, com o objectivo de esbater as heterogeneidades entre espaços que, ao adquirirem estatuto de indiferença ou, o mesmo será dizer, de igualdade entre eles, desaceleram ou fazem mesmo cessar as migrações e, ao mesmo tempo, promovem maior equidade económica e social (cf. Gaudemar 1977: 176-179).

Estas realidades numericamente expressivas, conduziram também, a par das teses económico-sociais, a outro tipo de problemáticas necessariamente afins. Por elas, as migrações não são apenas vistas como uma consequência da industrialização e da correspondente procura de



mão-de-obra que a mesma comporta (Roncayolo 1986: 409). A adesão à cidade, a instalação dos migrantes que nela passam a trabalhar e/ou residir é, na perspectiva de uma análise que vai para além das questões económicas e de mercado, um processo complexo, resultado de um conjunto vasto de factores que se podem agregar, mais por comodidade expositiva e simplificação de entendimento, em

torno de duas forças que interagem, muito embora com tendência de dominância de uma sobre a outra. As causas das migrações, desde as teses de Ravenstein, expressas em *As Leis da Migração*, de 1885, (cf. Jackson 1991: 19-22; Rocha-trindade *et all.*, 1995: 73) derivam ou podem igualmente derivar da predominância ou tendência para a conjugação entre factores repulsivos - *push* - responsáveis pela saída das pessoas de uns espaços para outros, como sejam o desemprego, a falta de terra para o trabalho e a não obtenção de um rendimento condigno, a desagregação das famílias de baixos recursos por morte de um dos cônjuges e - em consequência - a necessidade das mesmas obterem ingressos que viabilizem a sobrevivência dos seus membros, os espaços sobrepovoados, as famílias numerosas e muitas vezes caracterizadas pela ausência por migração do pai (o que implica o trabalho precoce dos filhos, pelo menos de alguns mais velhos), a dominância dos baixos salários por todo o tipo de ocupações, as secas, as fomes, o desejo de fugir à sociedade tradicional, a incapacidade de reestruturação da economia rural (que, em consequência do desenvolvimento da indústria, vê a produção artesanal asfixiar-se), as decisões de carácter político, e até mesmo por factores psíquicos relacionados com a ideia de liberdade que os espaços urbanos, por oposição aos rurais, inspiram (Duchac 1974: 319); e factores atractivos - *pull* - que tendem a fixar as pessoas a determinados espaços e que, no essencial, contrariando os motivos de repulsão, têm que ver com a atracção económica da cidade (consubstanciada em ocupações mais atraentes e mais rentáveis), com a procura de uma melhor condição social, com a necessidade de ajudar financeiramente a família ou, ainda, com a obrigação de acompanhar os pais (cf. Bairoch 1986a: 266-267). Uns e outros motivos obedecem principalmente a razões de mercado e fundamentam-se no princípio walrasiano, de acordo com o qual as migrações funcionam como correctivo para as assimetrias espaciais, nomeadamente em matéria salarial

(cf. Jackson 1991: 23; Rocha-Trindade *et all* 1995: 72). O estudo da população urbana, constituída por significativo número de migrantes, parte precisamente desta lógica expositiva. Na base da fixação das pessoas à cidade estão sempre, no seu conjunto ou parcialmente, factores económicos, sociais e culturais que funcionam como atractivos ao mesmo tempo que no espaço de origem dos migrantes esses ditos factores rareiam ou não existem.

Aceitando a possibilidade de definirmos “leis” para caracterizar as migrações, destacam-se as seguintes: 1) existe uma relação entre o tipo de migrações e a distância física e, por isso, as mesmas podem ser consideradas de curta e de longa distância. A maior parte dos migrantes provêm de espaços situados a pequenas distâncias dos centros urbanos, havendo assim uma relação inversa entre o seu número e a distância: à medida que esta aumenta o número de migrantes diminui; 2) as migrações não se efectuam necessariamente de forma directa de um espaço para outro, podendo fazer-se por etapas, ainda que tendam para os grandes centros urbanos; 3) os fluxos migratórios promovem, com maior ou menor intensidade, reflexos, ou seja, movimentos contrários àqueles que os caracterizam; 4) as mulheres migram mais do que os homens em distâncias curtas e, por sua vez, os homens mais do que as mulheres em distâncias longas; 5) a maior parte dos migrantes são adultos, sendo que as famílias se afastam pouco dos seus locais de origem; 6) as migrações campo/cidade afectam sobretudo a mão-de-obra não qualificada (cf. Duchac 1974: 276; Dupâquier 1994: 3; Jackson 1991: 21).

O estudo das migrações com base nos factores que as originam e, ao mesmo tempo, a determinação de alguns traços caracterizadores mostrou-se particularmente importante porque, por um lado, a problemática passou a ser equacionada de forma autónoma, atribuindo-se-lhe um estatuto de independência e de maioridade face a problemas de outra dimensão que com ela se relacionam e que as teses liberais e socialistas

Migrações, mercado e condicionantes.

muito enfatizaram (Rocha-Trindade *et al* 1995: 73); por outro lado, as questões de transferência de pessoas e, particularmente, de transferência de mão-de-obra deixam de estar apenas relacionadas como um “espaço motor” que equilibra ou acentua clivagens sociais, respectivamente, consoante os posicionamentos teóricos. Sai-se de um espaço para fugir à falta de trabalho, aos baixos rendimentos, para se buscar ajuda no sustento da família entre demais causas dominadas por razões económicas; ou ainda porque a migração de um espaço mais desenvolvido - coincidente com os territórios urbanos - cria grandes expectativas em relação ao alcance de uma situação ocupacional mais favorável, pois que a mudança de indivíduos entre espaços economicamente desiguais é, para além de geográfica, sectorial ou profissional - na maior parte dos casos - e pode corresponder a uma situação de melhoria das condições de vida ou, se se quiser, a uma subida de estatuto social, nomeadamente porque os rendimentos auferidos na cidade tendem a ser maiores. Estes pressupostos induzem, por exemplo, a que por norma se associem num processo único mobilidade geográfica e mobilidade social, ainda que, na prática, diferenças nominais de salários entre espaços possam não ter correspondência em termos reais. As teses do “espaço duplo” a que Ravenstein deu início tiveram, naturalmente, desenvolvimento no tempo, sem que, no entanto, tenham perdido validade por exposição de premissas erradas. Entender as migrações internas implica que conjuguemos estas duas realidades: a terra de origem, associada ao campo, e a terra de destino conotada com a cidade. E, nesta relação, os motivos que explicam os fluxos e refluxos de pessoas de uns espaços para outros são de ordem vária. Todos, no entanto, se “jogam” e alteram no tempo, de acordo com o evoluir da dinâmica dos espaços, quer pelo alargamento funcional dos espaços de origem ou alternativas que a ele surjam, quer ainda pelo encurtar das distâncias físicas e económicas a partir do incremento das acessibilidades. Daí que o cres-

cimento ou o decréscimo da população urbana, que nunca se basta a si mesma, derive da existência de maiores ou menores assimetrias que no tempo a cidade mantiver em relação a outros espaços. A cidade aparece, assim, como um espaço em que a flutuação das migrações acompanha as desigualdades que ela promove em relação a outros espaços.

O facto das migrações terem uma acentuada dimensão social atestada nos mecanismos de activação, receptividade e comunicação em rede em nada diminui as razões em causa. A lógica liberal que inicialmente a sustentou tem sido revista, como já se referiu, nomeadamente por se constatar que as migrações são, para além de etapas de percursos individuais, tomadas de decisão que envolvem um conjunto mais ou menos alargado de pessoas numa dimensão familiar e comunitária, tanto nos espaços de origem como nos espaços de recepção. Migrar pode, efectivamente, depender de um vasto conjunto de motivos, de resto, distintos de caso para caso e de tempos e espaços, como os meios financeiros existentes, a presença de potenciais migrantes nos espaços de origem, as idades em que os mesmos se encontram, a existência de oportunidades nos espaços de recepção, o grau de informação disponível para os migrantes relativamente a essas oportunidades (cf. Duchac 1974: 293), mas o acto em si, a decisão, tem por base as diferenças de mercado, quaisquer que sejam os motivos, ou a existência, ainda que apenas por ilusão, da possibilidade de mudar a condição em qualquer outro espaço que não aquele em que se está.

Por outro lado, é preciso notar que as migrações têm consequências importantes sobre os espaços que envolvem: nos de repulsão há, regra geral, envelhecimento e tendência à feminização da população, propensão ao maior número de nascimentos fora do quadro matrimonial e dispersão familiar entre demais aspectos que lhe estão associados (cf. Pinto 1985: 104; Brettell 1991); nos de atracção, são notórias as flutuações no mercado de emprego, da habitação, do uso de equipamentos, das

relações sociais que tendem a uma maior distinção em função dos múltiplos papéis sociais que os indivíduos assumem num quadro de mercado complexo como o que caracteriza os espaços urbanos.

Posta a questão nestes termos, a cidade, em relação aos migrantes, aparece como um espaço de complemento entre os desejos dos que a procuram ou a ela têm oportunidade de chegar, pelas ofertas que o seu mercado disponibiliza ou pela repulsão que os espaços de origem promovam, e os interesses e necessidades dos que nela estão instalados. As desigualdades de ofertas que caracterizam os espaços, tanto no interior dos países como na comparação entre eles, numa relação paradoxal, promovem um certo equilíbrio, que não é, de todo, condizente com as teses clássica e neoclássica de equilíbrio perfeito. Na maior parte dos casos, os que abandonam os espaços de origem ou onde há muito se encontram instalados fazem-no na busca de uma melhor situação económica e social; e aqueles que na cidade interagem com os que migram promovem, ainda que de forma não consciente nem extensiva a todas as situações, pelo menos inicialmente, situações de subemprego, ocupações de submissão e financeiramente menos onerosas do que se empregassem naturais ou de há muito instalados no espaço urbano, tanto mais que estes últimos, por força de um conjunto de circunstâncias, rareiam para o desempenho de certo tipo de tarefas, particularmente quando nos estamos a referir à comparação entre naturais e imigrantes. Os migrantes, muitos sem qualquer tipo de possibilidade de arranjar um digna ocupação nas terras de origem,



Migrações, mercado e condicionantes.

encontram ou pensam encontrar na cidade “cama, mesa e roupa lavada”, com complemento de uma parca mesada ou até sem qualquer complemento financeiro, pelo menos nos primeiros tempos da instalação; a seu contento, os empregadores usufruem de mão-de-obra “submissa” que não quer ou não pode, pelas mais diversas razões, regressar à miséria campesina e, sobretudo, barata, alimentando, assim, a competitividade das suas economias, quer sejam familiares ou empresariais, pequenas ou grandes. É esta a realidade tantas vezes perceptível, nos anos que aqui se caracterizam, em relação às muitas criadas de servir, aos operários ou aos empregados de pequenos negócios como os cafés ou os restaurantes. A cidade e os que nela, de alguma forma, detêm capacidade integradora, ainda que muitas vezes modesta, usufruem de abundante força de trabalho que não ajudou, na grande maioria, a criar nem educou, permitindo-se, num processo “subterrâneo” de difícil constatação e as mais das vezes não consciente, assegurar àqueles que são oriundos de outros espaços a execução de tarefas que não requerem preparação específica e que, por isso mesmo, são mal remuneradas, ao mesmo tempo que reserva posições de maior vantagem para os seus naturais, para aqueles que estão de há muito a ela ligados. Os laços de solidariedade de que estes dispõem, bem como o conhecimento da realidade complexa que constitui o mercado urbano no seu todo e, ainda, o acesso aos equipamentos nela existentes desde tenra idade, de que o melhor exemplo talvez seja a frequência à escola e a obtenção de uma preparação educacional e técnica capaz de lhes permitir um posição mais vantajosa no mercado de trabalho, constituem uma marca manifesta de dominância económica e social sobre os migrantes, pelo menos num espaço específico de tempo, que, talvez num bom número de casos, tenha marcas distintivas e de inferioridade irreversíveis.

A multiplicidade de situações que os factores repulsivos e atractivos encerram, qualquer que seja o posicionamento teórico que adoptemos - o

de equilíbrio perfeito dos mercados ou o das desigualdades económicas entre espaços como promotor de desigualdades entre pessoas -, torna difícil a aceitação de qualquer explicação ou modelo descritivo para os fenómenos migratórios sem que, no entanto, possamos excluir a validade teórica de cada um dos argumentos. É assim perfeitamente perceptível a redutibilidade das abordagens economicistas: muito do que explica as causas e consequências das migrações extravasa a rigidez de quaisquer mecanismo funcionalista - no sentido da existência de comportamentos por homeostase entre factores intervenientes - ou marxista e valoriza explicações que tendem a considerar as tomadas de posição como produto de acções “socialmente orientadas”, isto é, que derivam de posicionamentos que ultrapassam as vontades individuais e são antes produto das vontades e constrangimentos colectivos - de que se inclui o mercado e as pessoas - quer nos espaços de origem quer nos espaços de acolhimento (cf. Portes 1999: 5-10). A deslocação dos migrantes decorre de inúmeras variáveis possíveis de dinamização, em termos da importância que detêm umas sobre as outras no espaço e no tempo, para que seja viável uma enumeração rígida e universal. Mesmo que a descrição esteja limitada a uma circunstância específica, há sempre uma série de factores que tendem a particularizar os envolvidos ou migrantes. Como refere Raison: “Um movimento aparentemente homogéneo pode ter causas totalmente diferentes” (1986a: 489). Factores repulsivos e factores atractivos interagem e reforçam-se mutuamente, isto é, afirmam-se num jogo dialéctico de dependências a que não são alheios os fluxos comunicacionais e as redes de relações que ligam continuamente os espaços físicos e sociais. •

BIBLIOGRAFIA

BAIROCH, Paul

1986a, “Cidade/campo”, in *Enciclopédia Einaudi*, 7, *Modo de produção. Desenvolvimento/subdesenvolvimento*. Lisboa: INCM: 256-276.

1986b “Indústria”, in *Enciclopédia Einaudi*, 7, *Modo de produção. Desenvolvimento/subdesenvolvimento*. Lisboa: INCM: 326-363.

BRETTELL, Caroline B.

1991 *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

DENIS, Henri

1987 *História do pensamento económico*. Lisboa, 5ª ed.: Livros Horizonte.

DUCHAC, René

1974 *La sociologie des migrations aux Etats-Unis*. Paris: Mauton.

DUPÂQUIER, Jaques

1994 “Mobilidade geográfica et mobilidade social”, in *Les migrations internes et à moyenne distance en Europe, 1500-1900*. Vol. I. I Conférence Européene de la Commission International de Démographie Historique. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia: 3-25.

GAUDEMAR, Jean-Paul

1977 *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa.

JACKSON, John A.

1991 *Migrações*. Lisboa: Escher.

MALTHUS, Thomas

s.d. *Ensaio sobre o princípio da população*. Mem Martins: Europa América.

MARX, Karl

1976 *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa: Edições 70.

1982 “Teses sobre Feuerbach”, in *Marx/Engels. Obras escolhidas*. Lisboa: Editorial Avante: 1-75.

PINTO, José Madureira

1985 *Estruturas sociais e práticas simbólicas-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento.

PORTES, Alejandro

1999 *Migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

PRADA, Valentin Vazquez de

1986 *História económica mundial II*. Porto: Livraria Civilização Editora.

RAISON, Jean-Pierre

1986a “Migração”, in *Enciclopédia Einaudi*, 8, *Região*. Lisboa: INCM: 488-517.

1986b “Fixação”, in *Enciclopédia Einaudi*, 8, *Região*. Lisboa: INCM: 312-340.

RIOUX, Jean-Paul

1982A *Revolução Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al.

1995 *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

RONCAYOLO, Marcel

“Cidade”, in *Enciclopédia Einaudi*, 8, *Região*. Lisboa: INCM: 396-487.

A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950 (2.^a Parte)

Em 1821, a Câmara da Cidade de S. Paulo parecia interessada em instalar rapidamente uma Roda. Escrevia ao Saragento-Mor pedindo plano para estabelecer-la: “exigimos de Vossa Mercê um plano em que nos proponha o modo mais facil de se conseguir e organizar tão útil estabelecimento cujo instituto, não tendo ainda sido praticado nesta provincia, esperamos das luzes, caridade e patriotismo de Vossa Mercê o desempenho...”¹⁹

Mas o Hospital de Caridade e a Roda de Expostos de S. Paulo só foram instalados em 1825, na chácara dos ingleses, no Largo da Glória, em instalações acanhadas e pouco satisfatórias. A Câmara municipal de S. Paulo relutou em contribuir com as despesas da Casa como era seu dever. Com a regulamentação do Conselho provincial ficou determinado que uma oitava parte das rendas da Câmara deveria ser enviada à Casa da Roda. A Câmara pagou esse subsidio apenas nos anos de 1827, 28 e 29. Com a Lei dos Municípios de 1828 a Câmara parou de pagar sua quota a partir de 1830.

Essa mesma Lei foi feita também para incentivar a iniciativa particular a assumir a tarefa de criar as crianças abandonadas, liberando as municipalidades deste serviço. Através dela surgiram, dentro de novo espirito filantrópico e utilitarista, algumas Rodas de Expostos. Quase todas elas foram de diminutas dimensões e de precárias condições para assistir os pobres pequenos enjeitados.

A primeira Província a entrar nessa nova sistemática foi a do Rio Grande do Sul que desde logo criou três Rodas de Expostos.

A primeira foi a de Porto Alegre. A Câmara local, logo depois de promulgada a Lei dos Municípios tentou passar a assistência aos expostos para a Misericórdia, que não aceitou.

A Assembleia Provincial terminou com a disputa entre as duas instituições e, pelo decreto provincial de 21/11/ 1837, impôs o encargo dos expostos à Santa Casa, criando aí a

Casa dos Expostos. “Num dos muros abriram um buraco, colocaram do lado de dentro a Roda de madeira, em forma de tambor, com uma pequena abertura que girava em torno do eixo”²⁰. A infância desamparada da capital gaúcha encontrou pela primeira vez, uma solução asilar de assistência.

O exemplo da capital frutificou no interior da Província sulina. A Assembleia Provincial impôs a abertura de Roda e Casa de Expostos nas cidades do Rio Grande (1838) e de Pelotas (1849). Ambas foram de pequena dimensão. A de Rio Grande, por exemplo, entre janeiro de 1839 e junho de 1858 recebera apenas 125 expostos na Roda: 64 meninos e 61 meninas²¹. A Roda de Pelotas, a menor das três, desde sua fundação em 1849 até junho de 1858, recebera 48 expostos.²²

Em outras Províncias a lei de 1828 provocou a abertura de uma segunda Roda. Na Bahia, ela foi instalada na década de 1840, na cidade de Cachoeira. Esta limitava-se a receber os expostos, encaminha-los a amas de leite e prover seus salários. Quando os meninos voltavam da casa das amas, depois da fase de amamentação, a Misericórdia local não tendo condições de asila-los, enviava-os para a Misericórdia de Salvador. Parece que esta Roda teve existência efêmera. Os documentos deixam de menciona-la a partir da década de 1870.

Também em Pernambuco foi aberta uma segunda Roda, na cidade de Olinda, chamada oficialmente de “filial” da de Recife. “A Roda filial, colocada no hospital de Misericórdia de Olinda, continua a receber os expostos daquela cidade, os quais pela rodeira ali existente são regularmente remetidos para aqui (Recife)”.²³

Na Província do Rio de Janeiro, foi também criada uma segunda Roda, na cidade de Campos. Nesta Casa o número de expostos foi grande. Em 1870 existiam 271 crianças e a Câmara subvencionava a Roda com 1:200\$000rs anuais.²⁴

Em Santa Catarina criou-se uma

Roda de Expostos, na capital Desterro, no ano de 1828. Nesta cidade foi a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos quem cuidou dos expostos (na falta de Misericórdia). O Compromisso (Estatutos) da Casa foram aprovados em 1840. Por ele a Irmandade “se comprometeo a tratar-os com todo desvelo e caridade, como filhos da irmandade, fazendo-os visitar a miudo por seu Mordomo dos expostos, socorrendo-os até que fossem engajados para aprenderem arte, ou officio, fazendo as possiveis diligencias para que desde a idade de 6 annos frequentassem as aulas de primeiras letras. Comprometteo-se a Irmandade arranjar as expostas ao serviço de famílias honestas, promovendo-lhes casamentos, e agenciar-lhes dotes, ou esmolos para principio de um estabelecimento”.²⁵

Subsidiada insuficientemente com verbas provinciais de 1:200\$rs anuais, em 1839, conforme nos informa o Relatório de Presidente da Província, a Casa de Expostos do Desterro (Florianoópolis) estava encalacrada em dívidas em 1841 e sem contar com outros rendimentos. Teve vida curta também.

Uma pequena Roda de expostos surgiu na cidade de Vitoria do Espirito Santo. mantida pela Misericórdia local, onde “felizmente para a Província o numero de expostos é limitadissimo. Actualmente (1862) não excede de 6, e ainda desses, 4 se achão entregues aos cuidados de famílias caridosas”.²⁶



A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

Pequena também foi a Roda de Expostos do Mato Grosso, da cidade de Cuiabá, criada em 1833, junto à Misericórdia. “Nos primeiros annos, lançaram-se alguns innocentes - dizia o Relatório provincial -... “causas, porem, que ignoro, fizerão há muito cessar este beneficio publico, pois ha mais de 16 annos nenhum exposto tem recebido a Sta Casa”.²⁷ No ano de 1839 so foram deixados três bebes na Roda (um menino e duas meninas). Depois parece que não se deixou mais nenhuma criança, embora continuasse o costume de se abandonar meninos recém-nascidos “na porta de casas de particulares”. A provedoria atribuía esse fato à colocação da Roda muito próxima do Hospital Militar, local muito frequentado à noite.²⁸

Assim, encontramos a existência de treze Rodas de Expostos no Brasil: três criadas no século XVIII (Salvador, Recife, Rio de Janeiro), uma no início do Império: a de S. Paulo. Todas as demais, foram criadas no rastro da Lei dos Municípios que isentava a Câmara da responsabilidade pelos expostos, desde que na cidade houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se incumbisse desses pequenos desamparados. Neste caso estiveram as Rodas de Expostos das Cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), de Cachoeira (Ba), de Olinda (PE); de Campos (RJ), Vitoria (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT). Estas oito últimas tiveram vida curta; na década de 1870 praticamente estas pequenas Rodas já haviam deixado de funcionar. Subsistiram apenas as maiores.

O encargo com os expostos era uma tarefa pesada, custosa e difícil



para as Sta Casas de Misericórdia. Durante a época colonial era frequente que o espirito de caridade da população, ajudasse a manter essas instituições.

Homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam em seus testamentos legados e esmolas para as Misericórdias, muitos deles expressamente designados para a ajuda na criação dos expostos ou para prover dotes às mocinhas desamparadas da Casa dos expostos.

Com o século XIX, chega a influência da: filosofia das Luzes, do utilitarismo, da medicina higienista, das novas formas de se exercer a filantropia, do liberalismo, diminuindo drasticamente as formas antigas de caridade e solidariedade para com os mais pobres e desvalidos. As Misericórdias ressentiram-se desses novos comportamentos, exactamente no momento em que as Províncias obrigavam que prestassem o serviço de assistência aos expostos. Mesmo que as Assembleias provinciais passassem a subsidiar esse trabalho, as verbas dotadas foram sempre muito aquém das necessidades e muitas vezes nem elas chegavam regularmente aos destinatários.

Para contornar as dificuldades que se avolumaram em quase todas as Casas de Expostos em meados do século passado e para melhorar a assistência aos pequeninos, que por toda parte estava deteriorada, os Bispos buscaram uma solução. Com o apoio dos governos provinciais, foram trazidas da França as Irmãs de Caridade de São Jose de Chamberry e mais tarde as Irmãs de Caridade de S. Vicente de Paula para assumirem a administração das Casas e Rodas de Expostos de Salvador, do Rio de Janeiro e de outras mais. As Filhas de Caridade tornaram-se valiosas colaboradoras dos Bispos D. Romualdo Seixas da Bahia; D. Luis António dos Santos, no Ceará; D. Cardoso Aires em Pernambuco; D. Pedro Maria de Lacerda, no Rio de Janeiro. O sucesso da iniciativa foi tão grande que levou os demais presidentes de Província e Bispos a adoptarem a mesma solução. Foram trazidas alem das irmãs vicentinas e de S. Jose de Chamberry, as religiosas Dorotéias, as filhas de

Santana, as Irmãs franciscanas da Caridade e da Penitencia, todas durante o Segundo Reinado.²⁹

Assim, outro aspecto a assinalar no carácter da assistência ao menor a partir dos anos de 1830. Esta vai deixando rapidamente de ser uma acção descentralizada e em mãos das municipalidades e em mãos de confrarias de leigos. As Províncias vão sendo forçadas a subvencionar essa assistência e a contratar os serviços das Santas Casas e/ou das Ordens religiosas femininas para cuidar das crianças confinadas nas Casas de expostos.

Em meados do século XIX, seguindo os rumos da Europa liberal, que fundava cada vez mais sua fé no progresso contínuo, na ordem e na ciência, começou forte campanha para a abolição da Roda dos expostos. Esta passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado. Aqui no Brasil igualmente iniciou-se movimento para sua extinção. Ele partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das Casas de Expostos. Vidas úteis estavam sendo perdidas para o Estado. Mas, o movimento insere-se também na onda pela melhoria da raça humana, levantada depois das teorias evolucionistas, pelos eugenistas.

Os esforços para extinguir as Rodas no país tiveram a adesão dos juristas, que começavam a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade: a da adolescência infractora. Por sua vez os homens de letras apontavam em romances sociais, a imoralidade da Roda.³⁰

O movimento contra as Rodas de Expostos, mais fraco no Brasil do que na Europa não foi suficiente para extingui-las no século XIX. As mais importantes sobreviveram no século XX. A do Rio de Janeiro foi fechada em 1938, a de Porto Alegre em 1940, as de S. Paulo e de Salvador sobreviveram até a década de 1950, sendo as últimas do género existentes nessa época em todo mundo ocidental.

AS CRIANÇAS ABANDONADAS

As Rodas de Expostos foram, as-

A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

sim, muito poucas em número, insuficientes para atender a demanda de todas as épocas. Para começar foram criadas tardiamente, apenas no século XVIII e mesmo assim, até inícios do século XIX, só havia Roda em três cidades-capitais. Foi, portanto, um fenômeno essencialmente urbano e pontual.

Nas cidades onde não houve a assistência institucionalizada das Rodas eram as Câmaras, por exigência legal, a responsável única pela criação dos expostos. Obrigação que todas viam como um encargo acima de suas possibilidades materiais e organizacionais. Aquelas que cumpriram as leis, atenderam parcela ínfima das crianças abandonadas em seu espaço físico. A Câmara da cidade de S. Paulo, por exemplo, até 1850 (período que analisamos em nosso primeiro livro aqui citado), conforme registro em várias de suas atas e desde o século XVI, atendia esporadicamente tão somente um ou dois expostos por ano, pagando irregularmente amas de leite para criolos. Isto, apesar dos seus elevados índices de exposição de crianças. A justificativa constante era a da falta de recursos. A rica Câmara de Ouro Preto, no século XVIII atendeu apenas a 30% de seus expostos, segundo Renato Pinto Venâncio. A municipalidade pagava 24 oitavas de ouro por ano à ama-de-leite, contratada para cuidar dos bebês até os três anos de idade. Nos quatro anos 34 subsequentes a Câmara pagava 16 oitavas anuais à ama de criação. Em Salvador da Bahia, antes da criação da Roda dos enjeitados, “em 136 anos a Câmara só manteve perto de 50 enjeitados, e dava 80rs por dia para a sustentação de cada um, no decurso de 3 anos”³¹. A Câmara de Mariana teve o cuidado de registrar os expostos que criava, entre os anos de 1776 e 1833. Nesse período foram expostas em casas de famílias 983 bebês. Destes, apenas 36 (3,6%) não ficaram com as famílias que os encontraram em suas portas, sendo assistidos pela Câmara.³²

Quem se ocupava então da maioria dos expostos?

Parte considerável deles acabava por morrer, logo após o abandono,

por fome, frio ou comidos por animais, antes de poderem encontrar uma alma caridosa que os recolhessem dos caminhos, portas de igrejas ou de casas, praças públicas ou até em monturos de lixos. Vários são os testemunhos deixados que comprovam estas afirmações. Além dos já mencionados mais acima, não queremos deixar de reproduzir o do Governador da Capitania de S. Paulo, em 1803, Antônio Joze da Franca e Horta. Escrevia este Governador ao Vice-Rei sobre a “precisão q. há de Caza para os Expostos: são muitos os infelizes (sic), e muitos os q. na Cidade de Sm Paulo, e em Santos se encontram dislacerados por Animaes, quando de noite expostos sem Cautelas nas Portarias das Commonidades, outros semi vivos em dezamparo na rua, e só remidos por alguma mão benéfica q. os encontra”...³³

As crianças que eram encontradas e que não recebiam a proteção devida pela Câmara ou pela Roda dos Expostos, acabavam sendo acolhidas em famílias que as criavam por dever de Caridade ou por compaixão.

A prática de criar filhos alheios sempre, e em todas os tempos, foi amplamente difundida e aceita no Brasil. São mesmo raras as famílias brasileiras que, mesmo antes de existir o estatuto da adoção, não possuíam um filho de criação em seu seio.

Carlos Bacellar fez um estudo original, buscando analisar as crianças expostas da Vila de Sorocaba, S. Paulo (séculos XVIII e XIX), através das famílias dessa comunidade que reconstituiu. Nessa Vila não houve Roda de Expostos e a Câmara, segundo o Autor, foi sempre negligente com sua obrigação de cuidar dos expostos.

Nestas condições, os expostos da Vila de Sorocaba - como ocorreu na quase totalidade dos municípios brasileiros - foram assistidos por famílias que os “adoptaram”. A maioria deles (80%) foi acolhida por famílias da área rural. Além disso, um terço dos expostos foi criado por domicílios chefiados por mulheres, em sua maioria viúvas. Outro fato que chama atenção: o expositor buscava de preferência domicílios chefiados

por homens mais velhos.

Ao abandonar o bebê os chefes de família receptora tinham em média 47,8 anos, e as mulheres chefes de famílias 44,5 anos. Dos 313 domicílios de Sorocaba que receberam expostos, Bacellar constatou que apenas 18 deles possuíam chefes com idades inferiores a 24 anos.

Não se buscava apenas as famílias ricas para se deixar um bebê em sua porta. Abandonava-se o filho em casas de senhores de engenho, é bem verdade, mas também de humildes roceiros, de costureiras, fiandeiras, e mesmo de prostitutas e mendigos. De resto 88,4% dos expostos de Sorocaba foram deixados em famílias que não possuíam um único escravo. Eram pobres pois, mostrando serem elas as mais sensíveis no acolhimento dos pobres abandonados e ainda mais, que viam nesse ato um dever cristão, uma forma de praticar a caridade.³⁴

As crianças expostas em casas de famílias muitas vezes eram recenseadas, nas listas de habitantes de finais do século XVIII e princípios do XIX junto com a lista dos filhos legítimos da família, sem distinção. Isto pode mostrar que nestes casos, a família os havia incorporado como filhos. Este fato era recorrente entre os roceiros e sitiantes pobres, que praticamente nenhuma preocupação tinham com a transmissão de propriedades. A herança sempre foi o nó para a aceitação dos expostos (e dos filhos naturais) como filhos pelas famílias. Está na essência do sistema dominante.

No entanto, famílias estereis ou que só puderam ter um ou dois fi-



A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

lhos, acabavam “adoptando” uma criança abandonada. É bem verdade que nem as Ordenações do Reino, nem a legislação brasileira anterior ao primeiro Código Civil (1916), incluiu o estatuto da Adopção. Mesmo assim, essas famílias utilizaram a prática da adopção e definiram mesmo, como descobriu Bacellar, em Sorocaba, o termo do Direito Romano, para os filhos que “adoptaram”. Foi o caso do Alferes Francisco de Almeida Paes, rico proprietário sorocabano que teve uma única filha Andreza em 1774. Por isso, acabou adoptando declaradamente cerca de quatro expostos. Seriam mesmo crianças expostas, pergunto, ou filhos adulterinos do Alferes? Não há maneira de saber.

Mas houve outros casos encontrados, no difícil garimpo de Bacellar, como o do casal João Nunes Maciel, que não pode ter filhos e que “adotou” três expostos, entre 1755 e 1765.³⁵

Em que proporção entravam os expostos no conjunto da população? Seria a exposição de bebês fenômeno periférico ou dominante na vida social brasileira? Para responder a estas perguntas, já possuímos hoje um conjunto de pesquisas de Demografia Histórica, notadamente aquelas feitas com base nos registros paroquiais de batizados, que nos permitem aquilatar a extensão da prática da exposição de bebês em nossa história. Infelizmente, e em parte devido à imposição das fontes, essas pesquisas restringem-se ao período em torno de 1750 e 1850. Vejamos alguns destes resultados, listados por Venâncio e por nós.



Proporção de Expostos nos nascimentos de crianças livres, em paróquias brasileiras³⁶

PARÓQUIAS	PERÍODO	EXPOSTOS (%)
Sé do Rio de Janeiro	1745-1746	21.1
Jacarepaguá.R.J.	1760-1799	3.0
Pilar Vila Rica.M.G	1768-1782	10.2
Sé S.Paulo	1741-1845	15.9
N.S.Ó-.S.P.	1805-1864	2.8
Sto Amaro.S.Paulo	1760-1809	9.3
Ubatuba.S.P.	1785-1830	0.6
Sorocaba.S.P.	1761-1770	5.2
Lapa.Curitiba.PR	1770-1829	5.2

As variações não decorriam apenas de cidade para cidade, mas igualmente entre as áreas urbana e rural. Em Ubatuba, por exemplo, vila predominantemente constituída de pequenas roças de subsistência, dificilmente o caçara abandonava seus filhos. Vai ai também, com toda certeza, forte influência do índio nessa população de mamelucos, pois aquele nunca expunha seus bebês. Paróquias urbanas como a Sé de S. Paulo, ou as centrais Sé ou S. José da cidade do Rio de Janeiro apresentavam as maiores taxas de abandono de crianças. E, note-se que não fora a Roda de Expostos que estimulou a exposição de filhos nessas cidades, pois no caso de S. Paulo o fenômeno já era de alta frequência, bem antes de sua Roda ser instalada (1825). No período de 1741 a 1755, os expostos representaram 14,8% dos nascimentos livres; entre 1771 e 1785, elevou-se para 21,4%; no período anterior à criação da Roda, entre 1801 e 1815, essa frequência era de 15,64%³⁷. De resto, foram estas minhas descobertas das elevadas taxas de exposição de crianças, numa vila pobre como era S. Paulo na época, que muito me impressionou na época e que me levou, anos mais tarde, a conceber o Projecto interdisciplinar sobre a História social da Criança brasileira.

As variações fortes do fenômeno de abandono de crianças no Brasil não foram apenas regionais, mas também se mostraram ao longo do tempo. Pelas estudos existentes, podemos avançar, de forma ainda preliminar, que embora presente em toda nossa História e mesmo apresentando taxas elevadas em alguns pontos, a exposição de bebês nunca chegou aos níveis brutais conheci-

dos na Europa do século XIX - época da exposição em massa de bebês. O que caracterizou a natalidade geral brasileira foi, isto sim, as elevadas taxas de ilegitimidade, presentes em praticamente todas as áreas e em todos os tempos.

Considerando-se apenas o segmento livre da população, a ilegitimidade em S. Paulo foi de 23,2% entre 1741 e 1755, conforme nosso estudo sobre a população dessa cidade. Ela foi muito mais elevado em Salvador, Recife e Vila Rica de Ouro Preto. Em Salvador, Bahia, na virada do século XVIII, 81,3% das crianças livres mulatas e 86,3% das negras que nasciam, eram ilegítimas, contra 33,% das brancas.³⁸

As crianças assistidas pelas Rodas de Expostos, minoritárias no conjunto da infância abandonada do país dos séculos XVIII, XIX e mesmo do XX foi no entanto, a melhor documentada, mesmo considerando-se todos os demais segmentos da população infantil. Esta Instituição manteve sempre uma variedade de livros de registros individuais das crianças expostas sob sua protecção. Na maioria dos casos, os expostos eram acompanhadas em toda sua vida, registrando-se nos livros os importantes momentos, de sua vida e da morte. Essa riqueza de informes individuais, só muito recentemente descoberta, é que vem possibilitando na Europa e entre nós a multiplicação de trabalhos sobre a infância da Roda. Analisaremos aqui alguns poucos aspectos da vida das crianças abandonadas nas Rodas.

A Roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio, na ausência daquela instituição. Além disso a Roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam se engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a Roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho da famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade.

A criança depositada na Roda, recolhida pela Rodeira, era logo batizada. Fazia-se um inventário de

A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

todos os eventuais pertences que trazia consigo, inscrevia-se no livro de entrada dos expostos cada uma das peças do vestuário e objectos que vestia ou foram colocados juntos a si, mesmo se fossem apenas farrapos. Transcreviam-se os bilhetes ou escritinhos que eventualmente o expositor deixava preso à roupinha do bebê. No livro de entradas dos expostos, já registravam a criança com seu nome de baptismo, e por vezes suas condições de saúde aparentes. A cada criança reservava-se uma página do grande livro de registros de entradas, pois todas as eventualidades de sua vida seriam cronologicamente aí inscritas (data da morte e causa-mortis, saídas para casas de amas, para prestar serviços, casamento, emancipação da casa, etc).

No baptismo buscava-se um nome para o exposto. Normalmente eram eles extraídos do calendário dos santos da Igreja. Mas davam-se nomes pouco usuais na sociedade de então, inspirados em nomes latinos do Império Romano ou da Grécia antiga. Nos primeiros anos deste século já surgiam nomes fantasiosos e fora do comum: Dulcinéia, Ironildes, Giselia, Derivaldo, Afra, Florisvaldo e etc.

Foram poucos os casos de Roda de Expostos que tiveram condições de asilo para os expostos. Buscava a Rodeira logo colocar o bebê entrado, em casa de uma ama de leite, onde ficaria, em principio até a idade dos três anos.

Mas procurava-se estimular a ama a manter para sempre a criança sob sua guarda. Neste caso, e até a idade dos 7 anos, em alguns casos e de 12 anos em outros, a Santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno. A partir daí, poder-se-ia explorar o trabalho da criança de forma remunerada, ou apenas em troca de casa e comida, como foi o caso mais comum.

Eram as amas de leite em sua quase totalidade, mulheres extremamente pobres, solteiras, ignorantes e residentes nas cidades. Algumas eram mulheres casadas ou escravas.

O sistema comportou sempre e em todos os lugares fraudes e abu-

sos de toda sorte. Não foi raro o caso de mães levarem seus filhos na Roda e logo a seguir apresentarem-se como amas de leite do próprio filho, só que agora ganhando para isso. Por outro lado, dentro da tradição do Direito Romano, toda criança escrava depositada na Roda tornava-se livre. No entanto, muitos senhores mandaram suas escravas depositarem seus filhos na Roda, depois irem busca-lo para ser amamentado com estipêndio, e finda a criação paga, continuavam com a criança como escrava. Havia muitas vezes a conivência do pessoal de dentro da instituição.

Frequente ainda era a ama de leite não declarar a morte de uma criança à Santa Casa e continuar por algum tempo recebendo o seu salário de ama, como se vivo o bebê estivesse.

As Misericórdias não tinham meios de manter um rígido controle sobre as crianças que protegia. Só coibiam os abusos nos raros casos em que receberam denúncias. Algumas medidas foram tomadas para sanear o sistema.

Uma delas foi a de trazer, na década de 1850, as Irmãs de francesas de Caridade (inicialmente as da Ordem de S. Jose de Chamberry e daquela das Irmãs de Caridade Vicentinas) para assumirem a direcção e educação das Rodas de Expostos.

Como as Misericórdias não podiam abrigar todas as crianças que voltavam do período de criação em casas de amas e como estas só em minoria aceitaram continuar criando as crianças, passado o período em que recebiam salários, grande parte das crianças ficavam sem ter para onde ir. Acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos. Assim, conforme um contemporâneo, “quando chegavam à idade adulta, estão com o ânimo tão corrompido e com horror ao trabalho e lhes fica mais suave viver de latrocínios do que de seu suor”.³⁹

Preocupada sempre com essa situação buscava a Roda casas de famílias que pudessem receber as crianças como aprendizes- no caso dos meninos - de algum ofício ou ocupa-

ção (ferreiro, sapateiro, caixeiro, balconista, etc) e no caso das meninas como empregadas domésticas. Para os meninos havia ainda a possibilidade de serem enviados para as Companhias de Aprendizes Marinheiros ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra, verdadeiras escolas profissionalizantes dos pequenos desvalidos, dentro de dura disciplina militar.

A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Dai instalarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha a maioria delas “comia terra” e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais. O menino entrava “robusto, alegre, brincador, e bem nutrido e começava a definir, emagrecer, tornar-se triste, melancólico e adquirir uma cor pálida, macilenta, terrosa, amarelada... era a tuberculose que se aproximava”⁴⁰. Venâncio contou 17 cidades brasileiras onde havia Cia de Aprendizes de Marinheiros.⁴¹

A menina, devido a preservação da honra e castidade era alvo de maiores preocupações da Santa Casa. Para elas foram criadas junto às maiores Misericórdias, um Recolhimento de meninas órfãs e desvali-



A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

das que estiveram sempre muito ligados às Casas de Expostos.

Em algumas cidades buscou-se ainda outras alternativas. Em Salvador foi criado em fins do século XVIII (1799) a Casa Pia e Seminário de S. Joaquim, para... "cuidar na sustentação e ensino de meninos orphãos e desvalidos, afim de que, convenientemente educados, e com profissões honestas venham depois a ser úteis a si e à nação, que muito lucra com seus bons costumes e trabalho"...⁴² Seus fins estavam mesclados da moral cristã da caridade e da filantrópica utilitarista, do bom aproveitamento do indivíduo para aumentar a riqueza da nação.

Durante todo o século XIX, procurou-se uma parceria entre o Governo Provincial da Bahia e sua Casa Pia de S. Joaquim, no sentido desta receber os meninos entre 7 e 12 anos e nela manter por pelo menos seis anos.

Recebiam instrução primária elementar, ensino profissionalizante, aulas de música e de desenho, aprendiam o manejo de armas, dentro de disciplina militar.⁴³

Outro estabelecimento antigo foi tentado em Belém do Pará pelo jesuíta Gabriel Malagrida, mas não pode ir a frente, durante sua vida, por falta de apoio do bispo de então. Suas ideias porem permaneceram e o Frei Caetano Brandão pode fundá-lo em 10.6.1804, apoiado pelo novo bispo do Pará, D. Manoel de Almeida Carvalho. Foi então criado o Colégio de N.^a S.^a do Amparo para as meninas desvalidas. A partir de 1824, o Colégio passou a receber regularmente ajuda de 200\$000rs do Tesou-



ro provincial,... "dando-se às meninas ahi admittidas educação e ensino, sustento, vestuario, médico, botica, etc"...⁴⁴

A partir dos anos de 1860, inúmeras instituições de protecção à infância desamparada surgiram. Uma Casa dos Educandos Artífices foi criada no Maranhão, em 1855. No Rio de Janeiro fundou-se o Instituto dos Menores Artesãos (1861); em Niterói (1882) foi fundado o Asilo para a infância desvalida; uma colônia agrícola surgiu em S. Luiz do Maranhão (1888). Colônias agrícolas "orphanologicas" foram criadas na Bahia, Fortaleza, Recife, seguindo o modelo das colônias de Mettray, da França ou de Red Hill, da Inglaterra.⁴⁵

Em 1887, a Cidade do Rio de Janeiro possuía uma lista considerável de estabelecimentos de abrigo e educação para menores desvalidos, de carácter público ou particular.⁴⁶

Estamos então nos inícios da nova fase assistencialista filantrópica que foi preponderante entre nós até bem recentemente, até os anos de 1960. Houve gradualmente a substituição, em alguns casos, ou a convivência pacífica em muitos outros, da fé e da ciência.

A Caridade, confrontada com uma nova realidade económica e social, foi absorvendo objectivos e táticas da filantropia, como a "prevenção das desordens" por exemplo. A filantropia não abandonou inteiramente os preceitos religiosos.

Por sua vez, Ordens religiosas de caridade fundaram Asilos e Orfanatos por toda parte. Os salesianos criaram Liceus de Artes e Ofícios com a filosofia de prevenir e remediar os vícios e infracções dos menores, através do ensino profissional e remunerado. A Ordem de S. Carlos veio para fundar asilos para os órfãos e desamparados, filhos de imigrantes europeus, como o Orphanato Christoforo Colombo, em S. Paulo e outro em Vila Prudente.

Neste inicio de século, a maioria das pequenas Rodas de Expostos já havia desaparecido. Subsistiam no entanto, as maiores, de S. Paulo, de Salvador, de Porto Alegre e do Rio de Janeiro.

A filantropia surgia como modelo

assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo da caridade. Nestes termos, a filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas económicas e morais, que nascem com o inicio do século XX no Brasil.

Associações filantrópicas foram sendo criadas, notadamente a partir dos anos de 1930, para amparo e assistência à infância desamparada. Uma delas, de grande acção foi a Liga das Senhores Católicas, a outra foi o Rothary Club: ambas fundaram ou apoiaram inúmeras instituições asilares. Em S. Paulo, actuação notável teve a Associação Perola Bygthon para atenção à infância desvalida.

A assistência filantrópica, particular e pública imperava.

Só a partir dos anos de 1960, houve funda mudança de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada. Começava a fase do **Estado do Bem Estar**, com a criação da FUNABEM(1964), seguida da instalação em vários Estados, das FEBEMs. Com a Constituição Cidadã de 1988, inseria-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU, nos anos de 1950. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a LOAS (1993), o Estado assume enfim sua responsabilidade sobre a assistência à infância e a adolescência desvalidas e estas tornam-se sujeitos de Direito, pela primeira vez na História. •

¹⁸ MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo (1599? - 1884) S. Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 179

¹⁹ Arquivo Público do Estado de S. Paulo, Registro Geral, vol. 16, 1821.

²⁰ FLORES, Moacyr. A Casa dos expostos. In: Estudos Ibero- americanos (Porto Alegre), XI,(2) dez. 1985: 49-59 (p. 49). Ver tambem GERTZE, Jurema Infância em perigo: A Assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880. P. Alegre, PUC, 1990. Mestrado, mimeo.

²¹ Relatório de Presidente de Provincia do Rio Grande do Sul, 1858, p. 55.

²² Idem, ibidem.

²³ Relatório de Presidente de Provincia de Pernambuco, 1846, p. 11-12.

²⁴ Relatório de Presidente de Provincia do Rio de Janeiro, 1870, p. 30.

²⁵ Relatório de Presidente de Provincia de



Promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, decorreu entre 18 e Novembro, a edição do ano 2000 da Semana da Ciência e Tecnologia, durante a qual instituições científicas, universidades, escolas e museus abriram as portas, proporcionando à população oportunidades de observação científica e de contacto pessoal com especialistas de diferentes áreas do conhecimento. O NEPS participou nesta iniciativa com um conjunto de acções de divulgação da sua actividade de científica, que decorreram em Guimarães, no Museu Alberto Sampaio e em duas escolas secundárias.

**A RE-CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLECTIVA
ATRAVÉS DAS FONTES PAROQUIAIS**

COLÓQUIO

18 de Novembro , 15:00 às 17:00
Núcleo de Estudos de População e Sociedade - Universidade do Minho (NEPS)

Braga - Guimarães - Rua Capitão Alfredo Guimarães - Museu de Alberto Sampaio

Divulgação do trabalho desenvolvido pelos investigadores do NEPS, no âmbito do projecto Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. - Sensibilização da comunidade para a importância da informatização, tratamento e estudo das fontes manuscritas existentes nos cartórios paroquiais, arquivos municipais, associativos e particulares.

Público-alvo: público em geral

FONTES PARA A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES

EXPOSIÇÃO

18 a 26 de Novembro , 15:00 às 17:00
Núcleo de Estudos de População e Sociedade - Universidade do Minho (NEPS)

Braga - Guimarães - Rua Capitão Alfredo Guimarães - Museu de Alberto Sampaio



Divulgação das características das fontes utilizadas pelos investigadores do NEPS, no âmbito do projecto Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Sensibilização da comunidade para a preservação e estudo das fontes manuscritas depositadas nos arquivos municipais, associativos e particulares.

Público-alvo: público em geral

**A INFORMÁTICA AO SERVIÇO
DA HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES**

COLÓQUIOS

Escola Secundária da Veiga (20 de Novembro), 9:30 às 11:30 e Escola Secundária Francisco de Holanda (23 de Novembro , 15:30 às 17):

Sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da informática para a História das Populações. Divulgação do método de reconstituição de famílias através dos registos paroquiais.

Público-alvo: jovens •

APONTAMENTOS

Maria Luiza Marcílio

A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

Santa Catarina. 1854, p. 13.

²⁶ Relatório de Presidente de Província do Espírito Santo, 11862, p. 20.

²⁷ Relatório de Presidente da Província do Mato Grosso, 1878. Anexo Roda d'Expostos.

²⁸ Relatório de Presidnete de Província do Mato Grosso, 1852, p. 38

²⁹ AZZI, Riolando. A Igreja e o menor na História Social brasileira. S. Paulo, Ed. Paulinas- CEHILA, 1992, p. 64.

³⁰ Como foi o caso por exemplo de Joaquim Manoel de Maacedo. *A Luneta Mágica*. 3a ed. S. Paulo, Atica, 1976, p. 56-57.

³¹ DAMAZIO, Antonio Joaquim. Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862, organizador, sendo depois provedor, o Irmão Manual Jose de Figueiredo Leite. Bahia, Typographia de Camillo, 1865.

³² Arquivo de Câmara de Mariana, MG. Livro de Matricula de Expostos. Cod 181-157-343-558. Mss

³³ In Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. 94. S. Paulo, Arquivo do Estado de S. Paulo, 1990, p. 41

³⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e Sociedade em uma Economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). S. Paulo, FFLCH, USP, 1994. Tese de Doutorado. mimeo, 'cap. 7 e 8.

³⁵ Idem, ibidemp. 333 e 334

³⁶ Ver MARCILIO, M. L. e VENÂNCIO, R. P. Crianças abandonadas e primitivas formas de sua proteção. Séculos XVIII e XIX,

Brasil. In: WOUDE, Ad van der. The role of the state and public opinion in sexual attitudes and demographic behavior. Paris, CIDH, 1990: 509-519 onde estão arroladas todas as fontes. Para Sorocaba BACELLAR, C. A. P. op. cit. p. 281.

³⁷ MARCILIO, M. Luiza La Ville de S. Paulo. Peuplement et Population. 1750-1850. Rouen, Editions de l'Université de Rouen, 1968, p. 184.

³⁸ MATTOSO, Katia Queiroz. Au Nouveau Monde: une Province d'un Nouvel Empire: Bahia au XIXe siècle. Paris, Université de Paris IV, 1986, 5 vols. These Doctorat d'Etat. mimeo. V. I, p. 229.

³⁹ RENDON, José de Arouche de Toledo. Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo. In: DI, vol 44: p. 199-201

⁴⁰ MARINHO, D. Reflexões sobre a tuberculose do mesentério nos meninos do Arsenal. In. Annaes de Medicina Brasileira, I (4), 1848, p. 19-20. APUD: VENANCIO, R. P. Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII. S. Paulo, FFLCH- USP, 1988, Dissert. Mestrado, mimeo.

⁴¹ VENÂNCIO, R. P. Les institutions d'assistance aux enfants abandonnés au Brésil: XVIII e XIX siècles. In: Cahuier du Brésil Contemporain (Paris), 19: 9-24 (p. 15).

⁴² Coleção das leis do Império 1831. Actos do Poder Executivo, p. 61.

⁴³ Ver Arquivo da Sta Casa de Misericórdia de Slavador. Livro 3 de Actas da Mesa. Estate A, Livro 19, ata de 16. 9. 1860 onde se lê o

novo contrato entre a Casa Pia e a Misericórdia para "admissão dos expostos maiores de sette annos, percebendo a dita Casa Pia por cada umtanto quanto lhe custa cada um dos seus, enquanto a Sta Casa não lhes poder dar outro destino, para melhor criação e educação"...

⁴⁴ Relatório de Presidente da Província do Pará, 1885, p. 10. Ver tambem AZZI, Riolando. A Igreja e o menor na História Social brasileira. S. Paulo, Cehila, Ed. Paulinas, 1992, p. 49 e segs.

⁴⁵ Carta do Presidente da Província do Ceará ao Ministro da Agricultura. Fortaleza 10. 8. 1880. In: Boletim do Arquivo Público Estadual (nova fase). Fortaleza, 5 (7-8), janeiro, 1985, p. 169.

⁴⁶ Ver " Cadastro das Instituições para menores e associações de assistência pesquisas (1738-1930)". Anexo in: RIZZINI, Irma. Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção. Rio de Janeiro. Editora Universit. Sta Úrsula, 1993, pp. 129-190

Este texto, cuja primeira parte foi publicada no último número deste Boletim, foi originalmente editado no Brasil pelo CDAH - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, no volume "História Social da Infância no Brasil", organizado por Marcos Cezar de Freitas.

EDIÇÕES DO NEPS - TÍTULOS DISPONÍVEIS

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade), Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

FARIA, Inês Martins de, Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

GOMES, Maria Palmira Silva, Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975), Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Ro-marigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura – Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

Boletim Informativo n.º 16 n.º Novembro de 2000

PUBLICAÇÃO DO:
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:
Maria Norberta Amorim

EDITOR:
António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:
Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTES NÚMERO:
Isabel Maria Fernandes, Rui Leandro Maia, Maria Luíza Marcílio, Maria Norberta Amorim,
António Amaro das Neves, Elisabete Pinto

SECRETARIADO:
Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva, Sónia Fernandes, Sérgio Castro, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL
n.º 125306/98

Núcleo de Estudos de População e Sociedade
Universidade do Minho, Pólo de Azurém ♦ 4800-058 Guimarães
Telefone/Fax 253510187 ♦ e-mail: neps@eng.uminho.pt

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.